

Desmate cai à metade na Amazônia, mas aumenta 43% no Cerrado



CAMINHOS OPOSTOS

Desmatamento sobe 43% no Cerrado mas cai 50% na Amazônia em 2023

LUIS FELIPE AZEVEDO
E LUCAS ALTINO

O primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve um aumento de 43% de alertas de desmatamento do Cerrado e uma redução de 50% na Amazônia Legal, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O aumento no Cerrado foi o maior índice da série histórica do sistema Deter, que é baseado em alertas diários de desmatamento.

A área total com alertas de desmatamento no Cerrado foi de 7.828,2 km² em 2023 (até 29 de dezembro). No ano passado, o segundo bioma mais predominante do país teve o maior registro de áreas sob alerta desde o começo das medições do Deter, em 2017. Na Amazônia Legal, a área total foi de 5.152 km², o melhor índice desde 2018.

Nos dois biomas, a perda de vegetação chegou a 12.979,8 km², o que representou uma queda de 17,5% em comparação a 2022, quando a extensão foi de 15.740,5 km². O Cerrado vem registrando alta no desmatamento desde 2020. A principal frente está no Matopiba, que engloba o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O Maranhão foi o estado do Cerrado com a maior área de vegetação suprimida (1.765 km²), seguido da Bahia (1.727 km²), do Tocantins (1.604 km²) e do Piauí (824 km²).

—Do ponto de vista de opinião pública, há uma expectativa em torno da Amazônia que não existe sobre o Cerrado. Há uma série de pontos que precisam ser tratados quase do zero, principalmen-

te com o agronegócio. O governo precisa discutir mercado de carbono e garantir engajamento do setor privado e de outros do próprio governo, como o Ministério da Agricultura —defende Adriana Ramos, secretária executiva do Instituto Socioambiental (ISA).

Especialistas destacam que as regras do Código Florestal, que permite supressão maior em propriedades no Cerrado do que na Amazônia, dificultam a repressão. Mas frisam que as prioridades da gestão Lula ajudam a explicar os resultados discrepantes.

A lei determina que propriedades rurais no Cerrado tenham até 20% de seu território protegido em área de reserva legal. O limite sobe para 35% em áreas de Cerrado em estados da Amazônia Legal. Se o imóvel for no bioma amazônico, a obrigação é de 80% de proteção.

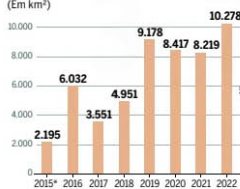
—É um projeto de ocupação que entende que se pode desmatar porque é preciso plantar. Quando conversamos com organizações do agronegócio, muitos se preocupam com a floresta, mas dizem que há lógicas econômicas que não conseguem ir contra, e a legislação estabelece isso —afirma Alice Thuaud, diretora Executiva do Instituto Centro de Vida (ICV), que defende acordos com a iniciativa privada para reversão do desmatamento.

A avaliação entre especialistas é que o governo não conseguiu deter o desmatamento ilegal e a maior parte dos alertas pode aumentar a sensação de que “vale tudo” no Cerrado.

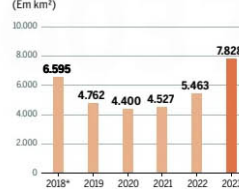
—Todo o processo de licenciamento de supressão precisa melhorar. O governo não pode jogar a toalha sobre o desmatamento do Cerrado, só alegando que o

DOIS BRASIS EM DOIS BIOMAS

Áreas sob alerta de desmatamento na Amazônia (Em km²)



Áreas sob alerta de desmatamento no Cerrado (Em km²)



O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL E NO CERRADO

Amazônia
Estados que mais desmataram em 2023



Cerrado
Estados que mais desmataram em 2023



Recuou. Incêndio em Manauquiri, no Amazonas, reversão de tendência representou melhor resultado desde 2018

Código Florestal permite. O bioma precisa ter prioridade para que sejam investigadas quais ações o governo deve tomar e a expansão do desmatamento em outras áreas não ser viável ou vantajosa para o produtor —afirma Ane Alencar, di-

retora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e coordenadora do MapBio-mas Cerrado.

REVERSÃO NA AMAZÔNIA

A redução no desmatamento na Amazônia Legal ocor-

te do Maranhão.

O Pará foi o estado com mais desmatamento no ano passado, com quase 2 mil km² (1.903 km²), segundo o Deter. Na sequência vem o Mato Grosso, com 1.408 km², e o Amazonas, com 894 km².

Divulgado em novembro, o relatório do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), considerado o mais preciso, já apontava a queda no desmatamento em 2023. O documento apontou uma redução de 2.593 km² na taxa (22,3%) entre agosto de 2022 e julho de 2023, o menor índice para uma temporada do Prodes desde 2019.

O intervalo que vai do meio de um ano ao meio do ano seguinte é o período que o Inpe usa para estimar o desmatamento anual. A queda no desmatamento na Amazônia Legal de agosto de 2022 a julho de 2023 representa menos 133 milhões de toneladas de gás carbônico que iriam para a atmosfera.

Para especialistas, o resultado da Amazônia foi o grande destaque positivo do ano. Além do reforço na fiscalização, que aumentou o número de autuações, e das operações de inteligência contra os ilícitos ambientais, o governo federal recuperou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, suspenso na gestão Jair Bolsonaro.

—Acima de tudo, tivemos a retomada das operações de campo e da força da fiscalização ambiental, principalmente do Ibama. As equipes, mesmo ainda reduzidas, aprendem produtos e instrumentos do crime, inclusive gado criado em terras proibidas — afirma Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama.

Apesar da queda indicar a retomada da governança ambiental na região, o pesquisador do ISA Antonio Oviedo avalia que a atenção ao combate à legalidade deve permanecer.

—Precisamos perseguir a meta de desmatamento zero, especialmente pela emergência climática que temos passado. Vimos de quatro anos em que a legalidade correu solta —alerta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 9